



INSTITUTO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS E INTERNACIONAIS

XII Conferência Internacional de Lisboa

DEMOCRACIA E INTEGRAÇÃO NO ESPAÇO DE LÍNGUA PORTUGUESA:

1974 -1994

Lisboa, 12 - 14 Dezembro 1994

Intervenção no grupo de trabalho

**INTEGRAÇÃO, TRANSFERÊNCIA DE SOBERANIA E RELAÇÕES ENTRE PEQUENOS E
GRANDES ESTADOS**

Pedra da Silva Feijó Sobrinho

Universidade de Brasília

Gostaria preliminarmente de colocar o facto de que, desde a metade do ano transado que tenho estado a pesquisar sobre as perspectivas, futuras de coalizão dos Países de Língua Portuguesa, num cenário caracterizado pela distância que os separa, pelos desníveis do desenvolvimento das economias, por um lado entre os PALOP e por outro Brasil e Portugal, num mundo em mudança em que se desenha outra política, onde o universal ultrapassa o regional e passa a ser selectivo; num mundo em que o aprofundamento de interdependência tende universalizar-se; desenha-se um sistema mais liberal, em que a ideia predominante é o mercado e as relações entre Estados ganham um sentido de reciprocidade; um mundo que se apresenta marginalizar os países em desenvolvimento.

Neste panorama, o objectivo final deste paper, é a tentativa de definir as bases conceituais em que se poderá projectar, do ponto de vista teórico, as perspectivas de desenvolvimento do processo de conformação dos Países de Língua Portuguesa, nas quais se colocam algumas interrogativas, no âmbito do tipo e do carácter da sua coalizão.

Assim, algumas reflexões buscarão analisar, à luz das teorias de integração, as perspectivas de coalizões de geometria variável, num panorama de actores políticos geograficamente localizados em três continentes, no qual o grau de disparidades de desenvolvimento dos diferentes Países, poderá afectar e afecta normalmente a balança de benefícios e custos que cada um obtém e que pode constituir uma das principais causas de discórdia e conflitos.

Neste sentido implicará direccionar a análise na perspectiva de uma distribuição equitativa dos custos e benefícios, no quadro das correntes teóricas baseadas nas experiências acumuladas sobre a questão.

A internacionalização dos múltiplos aspectos económicos; a progressiva interdependência entre a economia mundial e políticas nacionais; a integração em menor ou maior escala entre países da mesma ou diferentes regiões; a difusão da política de coalizões de geometria variável que preconiza para além das tradicionais coligações regionais, à aquelas compostas por grupos de países de localização geográfica diferentes, se unem em função dos mais variados aspectos específicos e de interesse comum, reflectem as mudanças que estão ocorrendo no mundo contemporâneo e têm constituído o cerne das preocupações dos estudiosos das relações internacionais. Tais preocupações advêm do facto de muitos desses fenómenos, constituírem novas tendências, inopinadas nas perspectivas teóricas das relações internacionais contemporâneas.

Um dos elementos centrais no estudo das relações internacionais é a análise das forças que contribuem na formação e integração de comunidades políticas e transborda

como preocupação mais ampla e essencial na ciência política, elevando o seu estudo a outros níveis territoriais, nomeadamente, a integração comunal, urbano e nacional.

Neste sentido, a essência do conceito de integração é o conhecimento da necessidade e possibilidade de limitar a soberania nacional e como processo é a criação de riqueza como um instrumento de poder no mundo contemporâneo.

Esta questão implicou, entre os teóricos desta área do saber, responder a pergunta, de como se formam as lealdades que integram o conjunto de actores políticos da comunidade e em função das respostas demarcaram-se duas escolas teóricas integracionistas, fundamentais e distintas:

– A escola realista e a escola funcionalista.

A escola realista parte da base de que a causa deste processo tem origem no emprego da força, ou na ameaça do seu uso pelos actores políticos centrais.

A escola funcionalista argumenta de que a constituição da comunidade política, baseia-se fundamentalmente na acumulação de valores e interesses compartilhados através de cooperação, de contactos e das comunicações. (Karl Deutsch – 1982)

A salubridade do tema nos leva a centrarmos a nossa análise nas teorias de integração da perspectiva teórica funcionalista.

A teoria convencional de integração foi difundida logo após a II Guerra Mundial com Roberto K. Merton "Teoria y Estructura Sociales", FCE, México, (1.ª edição em inglês em 1947) e com David M. Trany "The Funcional Approach To World Organization" em International Affairs, 1948 e "A Working Peace System", Chicago 1966, que através de uma análise estrutural-funcional, caracterizou a integração numa visão de cooperação, entendida como uma tarefa essencialmente técnica e apolítica. Ou seja, os Estados membros delegariam as suas tarefas governamentais de carácter específico e em áreas não polémicas, à organização Internacional, formada por especialistas provenientes de cada um dos estados membros, tendo como objectivo a realização do benefício comum.

Destaca-se no pensamento teórico funcionalista ao conceituarem a integração como "um processo através do qual os actores políticos pertencentes a distintos sistemas nacionais se perguntam da conveniência de transferir suas lealdade, expectativas e actividades políticas para um novo centro, cujas instituições passam a possuir ou reclamar jurisdições sobre os estados pre-existent"¹.

Neste conceito, a integração constitui um processo amplamente abrangente, no qual está contido todo tipo de integração, seja económica, política ou cultural, como uma

¹ DOUGHERTY, James E./PFATZAGRAFF, Jr. Robert L. Contending Theories of International Relations, J.B. Lippincott Company, Philadelphia, 1971, pag. 281

medida essencial de criatividade política na busca de uma paz comum. Sua essência radica na existência de uma estrutura supranacional composta pelos estados integrantes.

No marco da teoria das decisões, a integração é vista como um processo em que o nível de relacionamento entre as partes componentes possibilita a alteração do comportamento destas, que não seria possível se não estivessem integrados.

Configura-se neste pensamento um certo grau de interdependência entre as partes, possível de alterar as vias do processo decisório dos actores políticos envolvidos em determinados momentos de tensão.

Da perspectiva teórica funcionalista se desenvolveu a corrente que veio chamar-se de neofuncionalista, em função das críticas que submete o funcionalismo de Mitrany. Entre elas Ernst Haas², criticou-o na sua obra "Beyond Nation-State" publicada em 1964, nos seguintes aspectos essenciais:

- O processamento da integração composto exclusivamente por técnico em sectores específicos, por um lado, distância o técnico do político, ao excluir o Estado do processo e por outro, a delegação das questões inerentes ao Estado para o corpo técnico é consequência de uma decisão política;
- Qualquer cooperação entre Estados-membros é resultante da percepção de uma convergência de interesses e não a busca de um bem comum hipotético.

Na percepção de Haas, a existência de um compromisso político entre elites e os líderes governamentais, é condição necessária para o desenvolvimento do processo integracionista, dando crédito num esquema de integração poder evoluir com base numa convergência de interesses entre grupos de diferentes nações que possibilita a implementação de tarefas específicas por uma burocracia especializada, que está consciente das implicações políticas das suas decisões e que representam segmentos homogêneos da sociedade.

Entretanto, para um desdobramento da coalizão Sul/Sul, à luz da teoria funcionalista, é importante acrescentar algumas ideias surgidas entre os teóricos, após as últimas mudanças profundas ocorridas no cenário mundial.

I

Na decorrência das novas formulações sobre relações internacionais, Luciano Martins (1993), no seu artigo "A ordem internacional, interdependência assimétrica e recursos de poder", assinala que as transformações em curso na geometria mundial de poder e nas relações internacionais, que assumiram formas dramáticas pela implosão do

² HASS, Ernest B. The Uniting of Europe and The Uniting of Latin America in Journal of Common Market Studies, Cit. in Dougherty e Pfatzagraff, op. cit. pag 296.

sistema soviético e conseqüente fim da guerra fria, suscitam questões políticas novas e impõem o questionamento de muitas noções, conceitos, teorias, utilizadas na análise das relações internacionais³.

Em primeiro lugar para os especialistas da teoria clássica de integração, ela significa perda de soberania dos estados em menor ou em maior grau, unisectorial ou multisectorial, evoluindo para uma união política, que viria a comportar, em última instância, para um corpo normativo supranacional.

A tendência actual dos políticos, influídos provavelmente pelas ocorrências e transformações do mundo económico internacional, é abordar a integração como um ambiente de cooperação, de amizade, de não conflito com os vizinhos. A integração é vista como um sinónimo de interdependência cooperativa, contrária à interdependência conflitiva.

Ao analisarmos a filosofia de um operador económico, diria que a integração significa a primordial possibilidade de fazer mais comércio e a existência de mais mercados.

No contexto actual é possível abordar o conceito mínimo de integração, como a capacidade de dois ou mais países de negociarem juntos, a partir de uma convergência do desafio da realidade internacional, compartilhar um programa de trabalho e criar entorno internacional favorável a projectos políticos de cada um dos participantes.

Uma integração para o desenvolvimento tem como objectivo alcançar as condições de desenvolvimento sustentado nas marcas que possibilitam a evolução tecnológica e a realidade de cada País. Não se trata de integrar economias, mas sim, através de decisões políticas fixar inicialmente as principais metas e etapas de integração, delimitar as transformações institucionais necessárias para assegurar o êxito do movimento integracionista.

II

A que corroborar com as formulações de Adelino Torres⁴ de que as transformações introduzidas neste fim do século pela ciência e pela tecnologia no sistema mundial estão, sem dúvidas a provocar rupturas nos quadros teóricos clássicos e a reduzir o valor heurístico e operatório dos velhos conceitos.

A descrença em relação à oportunidade de adaptar novas tecnologias nos países em desenvolvimento, fundamentalmente nos países africanos, resulta principalmente, do facto dos investigadores e analistas serem prisioneiros dos esquemas explicativos e

³ MARTINS, Luciano, A ordem internacional, Interdependência Assimétrica e Recursos de Poder, Revista Política Externa vol. 1 n.º 3, Dez/Jan/Fev. 1992/93 - 211 páginas, pag. 62

⁴ TORRES, Adelino, Tradição e Mutação na África contemporânea: Desenvolvimento Económico em causa. Revista Estudos Económicos. Lisboa, ISEG, IX, 1 Out/Dez. 1988 pag 3-19

das correntes ideológicas que mobilizam largas camadas de sociedade das décadas precedentes, originando com que as diferenças estratégicas de industrialização se tenham sempre definido em relação ao sistema técnico-industrial dominante desde a primeira revolução industrial⁵.

Na actualidade como factor primário para se falar em desenvolvimento, está na compreensão de que o progresso de cada País depende da sua integração no mundo económico contemporâneo caracterizado pela grande viragem tecnológica. Em consequência torna-se importante entender de que para os países em desenvolvimento, o progresso tecnológico pressupõe a distinção de duas variáveis independentes no processo da sua mundialização: qualificação acelerada dos recursos humanos e utilização intensiva das novas tecnologias, em que tais países não podem ignorar, nem escapar, passando pela resolução de um determinado número de problemas, principalmente conjunturais e conseqüentemente atacar os estruturais.

III

A ideia que tem sido difundida, um pouco em toda parte, nos círculos intelectuais e académicos, de que as discontinuidades geográficas e os desníveis de desenvolvimento entre partes integracionistas constitui um travão para o alcance dos objectivos económicos, nos parece partir de uma análise tradicionalista, no qual não são consideradas todas as variáveis.

Por um lado, a experiência existente sobre os mecanismos utilizados nas integrações regionais, baseiam-se na ideia subjacente de que a proximidade geográfica ou de fronteiras comuns, facilitam a aproximação das economias, intensificam as trocas e culminam normalmente nas integrações, a priori, de zona de livre comércio ou do mercado comum.

Por conseguinte, são questionados três prismas interrelacionais: zona de livre comércio, distâncias geográficas e nível de desenvolvimento dos países que compartilham a zona, base do qual são analisadas as vantagens da viabilidade política e económica, o volume e intensidade de trocas.

Por outro lado, na integração económica tradicional, e nesta mesma linha de análise, surgem argumentos (alguns) da sua impraticabilidade baseada entre outros nos seguintes aspectos:

- Elevados custos de transportes quando os Países comerciantes estão separados por longas distâncias ou por fronteiras descontínuas;
- A ausência da concorrência perfeita de condicionamento industrial;

⁵ C. IKONICOFF, Moisés, Industrialisation du tiers monde à l'épreuve des mutations, Revue Tiers Monde. Paris, 1986.

– O efeito de integração económica para os Países menores que se faz sentir somente a longo prazo, quando o dinamismo das mutações nos processos económicos, também trazem mutações nos padrões do comércio externo e da produção.

Na actual época da mundialização da economia, tais factores também se fazem sentir nas trocas comerciais tradicionais entre dois Países, independentemente de ser ou não integrações económicas, porém face aos fenómenos inerentes à 3ª revolução industrial, elas vão perdendo a sua preponderância. Da mesma forma que as teorias do desenvolvimento preconizam a necessidade de estratégias de industrialização que passam pela substituição de importações, promoção de exportação ou indústrias industrializantes, a questão é que qualquer análise neste sentido não pode ignorar a viragem tecnológica iniciada no último quarto do século XX.

Concomitantemente, a percepção da "própria economicidade dos transportes situa em primeiro lugar o hidroviário, para grandes cargas e grandes distâncias, seguindo-se-lhe o duto, o ferroviário, o rodoviário e o aéreo. Note-se que essa vantagem não decorre apenas do menor custo; também a velocidade é maior no transporte hidroviário, desde que a comparação se condicione pelos parâmetros grandes cargas e grandes distâncias⁶".

Tal análise nos conduz a afirmação de que o transporte hidroviário pesado e distante se impõe naturalmente, aliás, "mais de 90% do comércio internacional se realiza pelo mar. Países como os EUA, Japão, Inglaterra e o Brasil, este parâmetro se aproxima dos 100%⁷".

Por conseguinte, é importante entender que a integração verifica-se ali onde existem fluxos de comércio facilitados pela aproximação geográfica, o que não significa somente países da mesma região ou países de fronteiras contínuas mas também países litorais, que por norma são mais vantajosos quanto ao volume dos fluxos comerciais. Esta importância reside ainda da analogia de que o comércio, entendido como locomotora da exportação e de maior eficácia da alocação de recursos, constituir uma das variáveis da interdependência, da integração económica e factor do desenvolvimento económico de cada País.

Em última análise a integração dos países em desenvolvimento, depende da unidade de acção político-diplomática e económica, de sua capacidade em formar instituições autónomas de decisão, e instituições e estruturas sociais e políticas capazes de garantir a soberania de cada um dos países.

⁶ FLORES, Mário César. Atlântico Sul: um mar de subtilezas e incertezas. Revista Humanidades, Brasília. N.º 12, pag. 36

⁷ IBDEM, pag 37

O entendimento de que a integração é tanto resultado da vontade política dos governos, como dos agentes económicos dos países envolvidos, significa a percepção de dois aspectos complementares: por um lado, ela deve estar aberta aos países que reúnem condições de participarem e por outro, os blocos integrados devem abrir-se ao mercado internacional.

O campo vasto de colaboração a ser explorado no âmbito das relações entre os países em desenvolvimento, é a formação de alianças entre as novas economias industriais e a inserção das economias menos desenvolvidas, a colaboração entre tecnologia de domínio tropical e de preservação ambiental, o aproveitamento e utilização das reservas energéticas, paralelamente ao estabelecimento das relações Sul/Norte.

No espaço dos países em desenvolvimento situam-se como um aparte, os países africanos, considerados abaixo do desenvolvimento médio. Os acontecimentos das últimas décadas produziram efeitos deveras preocupantes, vislumbrando-se pouco espaço nas perspectivas de recuperação em um futuro próximo. Os padrões de inserção para a economia mundial apresentaram a partir dos anos 70, uma tendência acentuadamente declinante, principalmente quanto ao desempenho económico nos principais indicadores sociais. Segundo L.J. GREGOIRE, "A taxa de crescimento do PIB da África sub-sahariana no período de 1980-89 foi apenas de 1,0% ao ano, enquanto nos períodos de 1973-80 e 1965-73 havia sido de 3,1% e 5,9%, respectivamente. Esses dados são ainda mais preocupantes quando comparados, por exemplo com as taxas de aumento populacional que, contrariamente vem se apresentando crescentes: 2,4% para 1965-73, 3,0% para 1973-80; e 3,1% para o período 1980-89. Esse descompasso produziu uma inevitável deterioração das condições sociais da população africana com o surgimento de inúmeros focos de crise no continente"⁸.

O desenvolvimento dos países situados abaixo da média, se manterá limitada, se for dimensionado nos limites das suas fronteiras. A integração económica representa uma das vias, senão mesmo a única efectiva para a assimilação da tecnologia moderna e para um desenvolvimento sustentável, complexo e diversificado, base para a elevação das variáveis do desenvolvimento humano.

O maior drama que se vislumbra no processo das mudanças económicas e integracionistas nos países em desenvolvimento, os que mais precisam da integração, os que mais necessitam de mercados ampliados, por conseguinte, os países com menos mercados, mais pequenos e de menor desenvolvimento, com menos receitas

⁸ SATO E. (col. aut.), A Ordem Internacional depois da Guerra Fria: os Países Periféricos no Processo de Ajustamento em Curso, Brasília, Cadernos de Relações Internacionais n.º 6, Dez/93, 38 páginas, pag. 30, citando L.J.GREGOIRE in L'insertion économique internationale du continent africain.

per capita, são os países abaixo do desenvolvimento médio, como os da África subsahariana. A escassa dimensão dos mercados nacionais constitui um factor determinante para uma escassa divisão de trabalho, de especialização, de competição e produtividade e conseqüentemente, a impossibilidade da utilização de uma economia de escala.⁹

Análises feitas pelos especialistas¹⁰ em integração concluíram, para que haja êxito nas integrações desta índole, é fundamental a vigência de um sistema de apoio aos países de menor desenvolvimento relativo, por forma a promover a sua adequada participação nos benefícios que oferece o mercado ampliado.

Tem sido evidente a análise de que uma integração bem fundamentada, baseada na horizontalidade e solidariedade, entre Países de diferentes níveis de desenvolvimento, necessita de uma regulamentação prática sobre um sistema de compensação por parte dos Países que recebem maiores benefícios de integração, àquelas que por terem menor grau de desenvolvimento relativo, obtenham menores benefícios.¹¹

As raízes deste argumento centram-se em dois aspectos essenciais:

– O desvio do comércio em prejuízo aos países de menor desenvolvimento é inferior que as importações manufacturadas provenientes dos países de maior desenvolvimento no esquema de integração, daqui deriva a necessidade de estabelecimento de formas equitativas de compensação, em função da diferença entre os preços dos produtos que antes compravam a menor preço ao resto do mundo e os de maior preço de que são obrigados a comprar dentro da integração.

– A inelasticidade da oferta dos países de menor desenvolvimento dado a sua baixa capacidade e especialização de mão-de-obra, colocando em relevo a necessidade de introdução no processo integracional um sistema de apoio aos países de menor desenvolvimento relativo entre os quais, a priorização do ensino e da investigação, (constitui em dos mais importantes), incentivos fiscais nas exportações dos países menores, introdução e implementação do fundo de ajuda e solidariedade, sistemas de licenças industriais, cooperação tecnológica, gerencial e da administração pública, orientação dos investigadores para otimizar o sistema.

⁹ Existe economia de escala quando o custo médio de produção por unidade é menor a escala de produção maior. Existe uma sistemática relação entre economia de escala e as combinações de factores. Por ex: nos Países desenvolvidos, o capital e a mão de obra especializada são relativamente baratas e a mão de obra não especializada relativamente cara ao contrário dos Países em desenvolvimento. As técnicas de grande escala podem tender a fazer um uso mais intenso do capital do que as técnicas em pequena escala. Como resultado as técnicas que implicam um uso intenso de mão de obra, (que são anti-económicas nas economias industriais) podem resultar eficientes nos Países em desenvolvimento, devido ao seu custo, desde que funcionem em pequena escala. (Revista Integração Latino-americano n.º 82, Agosto, 1983)

¹⁰ Passim. Revista "Integração Latino-americano", México, n.º 12, Abril/77, n.º 69 Junho/82, n.º 79, Maio/83 e n.º 96, Novembro/84

¹¹ IBDEM.

Concomitantemente, é pouco salutar uma política de boas intenções ou de benevolência, num sistema de apoio em função dos seus aportes de desenvolvimento económico ao país menor integrado, quando o esquema integracionista no seu conjunto contém pouca relação com o desenvolvimento económico dos países membros, devido as ideias falsas, retóricas ou mesmo suaves na aplicação das vontades políticas para impulsionar a integração. Nos fenómenos emergentes desta óptica "nomeadamente nas integrações latino-americana os países de menor desenvolvimento, têm avaliado como pouco equitativo a sua participação nos benefícios das etapas iniciais de integração e diminuem seus ânimos na adopção de compromissos de maior envergadura".¹²

O facto de que os cinco países africanos de língua portuguesa serem países subdesenvolvidos, aliado a percepção de que Brasil e Portugal são considerados países de desenvolvimento médio situados entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos e com base no reconhecimento das relevantes relações históricas e culturais seculares, o estabelecimento de estreitos laços de cooperação entre os sete, como o fito de superarem o subdesenvolvimento, apresenta-se como um desafio comum;

Para além desta formulação as relações político-diplomáticas que constituem o cerne para uma maior abrangência e aprofundamento da política externa de cada País na conformação de uma comunidade coesa repousa ainda, de outros factores catalisadores, nomeadamente:

– A posição estratégica geopolítica dos países de Língua Portuguesa é relevante nos espaços dos Oceanos Atlântico e Índico tanto do ponto de vista do comércio mundial, como do interesse económico pela extracção extensiva de hidrocarbonato e de minerais marítimos. O princípio de economicidade "para grandes distâncias, grandes cargas", colocar, o transporte hidroviário como o mais vantajoso, ao lado do transporte aéreo, ferroviário ou rodoviário, em termos de custos e de velocidade, constitui uma vantagem aliciante para uma cooperação profunda destes países.

– As relações político-diplomáticas que gravitam numa cooperação bilateral entre Brasil-PALOP, Portugal-Brasil, Portugal-PALOP, ou entre os PALOP, poderão passar, com base em programas conjuntos, a serem interiorizados e materializados através de mecanismos mais abrangentes neste relacionamento da geometria triangular, harmoniosa e dialéctica entre Brasil, PALOP e Portugal, com carácter multilateral, concomitantemente, às relações bilaterais.

A coalizão dos países de Língua Portuguesa, independentemente do carácter que poderá vir assumir, a sua base radica nas questões económicas e faço minha a opinião

¹² IBDEM.

de muitos analistas. (K.MARX, WENDZEL,) de que na implementação da política de qualquer Estado, seja em que nível for – micro, macro ou internacional – o seu instrumento fundamental é o económico.

Segundo WENDZEL, "devido à essencialidade do poder económico para a capacidade, à complexidade e interdependência da moderna vida económica, os formuladores da política, em todos os países, necessitam manter-se atentos quanto à potencial influência do instrumento económico, bem como avaliarem cuidadosamente as suas possíveis opções".¹³

Como instrumento Económico no âmbito da política das Relações Internacionais, as relações económicas, contêm em si uma vasta área de factores de produção (pessoas e capitais) e suas respectivas transacções internacionais relativas a bens, serviços e capitais, nas quais inclui diversos ramos, nomeadamente, investimento, propriedade e exploração dos recursos naturais, produção e distribuição de bens, transacções financeiras, integração económica.

Por conseguinte, as perspectivas do aprofundamento das relações da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, dependem das vantagens que poderão tirar à luz dos seus propósitos, consignados na "concentração económica, incentivo às múltiplas formas de associação empresarial e o intercâmbio de opiniões e conhecimentos"¹⁴, para resolução de um determinado número de problemas, primeiramente conjunturais e depois estruturais.

Neste processo, torna-se necessário considerar os seguintes aspectos para a Cooperação Comunitária:

1 - A não exclusão e compatibilidade na filosofia da economia mundial na actualidade, do envolvimento de cada País nos processos de integração regionais: Angola e Moçambique na SADC (Conferência para Desenvolvimento da África Austral); Brasil no MERCOSUL (Mercado Comum da América do Sul); Portugal na UE (União Europeia); Guiné-Bissau e Cabo Verde na CEDEAO (Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental); São Tomé e Príncipe na CGEAC (Comunidade Económica dos Estados da África Central); bem como os PALOP na Convenção de Lomé que inclui África, Caribe, Pacífico e a União Europeia (ACP/CEE) mostra a vantagem que a comunidade dos Países de Língua Portuguesa tem nas primeiras formas de integração económica;

2 - A Concentração Económica deverá ser caracterizada pela "concentração de posições em organismos internacionais e a troca de opiniões em relação a temas como

¹³ WENDZEL, Robert, Relações Internacionais, Brasília. Ed. UNB, 2ª Edição, 1985, 318 páginas, pag. 165

¹⁴ EMBAIXADA do Brasil em Lisboa, Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, Lisboa, 1994, 51 páginas, pag.29

mercados financeiros e política cambial (...); "concentração de posturas no seio da futura Organização Mundial do Comércio (...) o intercâmbio de experiências na adopção dos planos de ajustamento económico negociados com o fundo monetário internacional"¹⁵;

3 - O papel essencial que o Brasil e Portugal poderá desempenhar na política de valorização dos recursos humanos e do processo de introdução e utilização de novas tecnologias nos Países do PALOP. Esta perspectiva resulta do facto de que Brasil e Portugal, estão actualmente a processar aprendizagem do domínio das novas tecnologias e da transição para a terceira revolução industrial. Por exemplo no campo da informática com programas em Língua Portuguesa para numa economia de escala com os PALOP na aprendizagem da investigação, utilização, adaptação, e aperfeiçoamento das novas tecnologias:

A estreiteza dos mercados internos desses Países constituem sérios obstáculos para uma economia de escala. Porém, podem ser minimizados e transponíveis ao considerar o processo de "miniaturização de certos equipamentos, os ateliers flexíveis, aos métodos de gestão J.I.T.("Just in Time") que reduzem ao mínimo os stocks e o capital imobilizado. Por outro lado, a aplicação de uma política educacional, coerente e perfeitamente susceptível de preparar, num prazo razoável os recursos humanos e mão-de-obra qualificada e semiquificada", no seio dos PALOP¹⁶.

4 - A necessidade de recuperação e modernização das infra-estruturas industriais de Angola e Moçambique devastadas pela guerra, no intuito de vir a contribuir consideravelmente no desenvolvimento das economias da Guiné-Bissau e de São Tomé e Príncipe, com base nos seus recursos agrícolas e piscatórios;

5 - A posição geoeconómica que Cabo-Verde ocupa nas suas duas vertentes: como núcleo estratégico nas comunicações entre os três continentes (Africano, Americano e Europeu); e o usufruto dos seus estaleiros e aeroporto, imprescindível no fornecimento de serviços em toda a região da África Ocidental. A unidade da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa deverá basear-se no princípio dos interesses assumidos e devidamente baseados por todos os parceiros, como questão eminentemente histórica, cultural e política, numa era em que o espaço, o tempo e a ignorância já não constituem factores de separação entre os homens.

Pressupõe neste processo, uma cooperação entendida como medidas destinadas a harmonizar políticas económicas e diminuir discrepância e até mesmo a discriminação nas suas relações. Entretanto, ao falar-se em integração económica, pressupõe a

¹⁵ IBDEM pag. 29

¹⁶ TORRES, Adelino, Portugal-PALOP: As Relações Económicas e Financeiras, Lisboa. 1991, Ed. Escher, Fim do Século Edições Ltda. 217 páginas - pág. 39.

inclusão de medidas tendentes a suprir algumas formas de discriminação, estabelecendo-se uma autoridade supranacional composta pelos estados membros, da qual deriva uma diminuição relativa da soberania dos Países integrantes.

O aprofundamento da cooperação leva a interdependência e segundo Karl Denlsch, (1982), as mudanças nas probabilidades dos resultados sociais, políticos e económicos produzidos pelo crescente fenómeno da interdependência, conduz via das regras a uma integração.

O pensamento funcionalista sobre a teoria de integração, nos conduz a hipótese da possibilidade futura da integração económica dos Países membros do CPLP mesmo perante um panorama caracterizado por Países de diferentes níveis de desenvolvimento e situados em continentes diferentes.

A título de conclusões, remete-nos a afirmação de que a perspectiva teórica funcionalista, foi e é de grande valia, embora a sua grande contribuição, não oferece uma resposta global, à actual realidade internacional sobre integrações. Encontramos algumas abordagens mais próximas deste mundo contemporâneo extremamente mutativo, em Luciano Martins (1993), Adelino Torres (1988), Moisés Ikonicoff (1986), devido à importância que dão nas suas análises o factor científico e tecnológico.

As mudanças que ocorrem no cenário mundial, mostram num panorama em que os Países em desenvolvimento se encontram marginalizados. Entre eles estão em piores condições aqueles situados abaixo do desenvolvimento médio. Na generalidade, estes Países não têm outro caminho senão integrarem-se regionalmente ou não, por forma a fazerem face às mutações de globalização dos fenómenos económicos e à 3ª-revolução industrial. Face à impossibilidade de uma integração política, o caminho que se apresenta é constituído pelas formas primárias de integração económica, passando por um sistema de apoio aos PALOP.

Caberá aos governos e sociedade civil dos países membros do CPLP entenderem que a integração económica não depende exclusivamente de uma organização funcional, mas sim, e fundamentalmente, da vontade política dos actores nas suas relações ao verificarem que existe importância recíproca e os valores são comparáveis, que a previsão de existência de vantagens mútuas com a integração são reais, e por fim, que existe interesse e identidade comum.

BIBLIOGRAFIA. CONSULTADA

TOMASSINI, Luciano. Teoria y Pratica de la Política Internacional. Santiago de Chile. Ed. Universidade Católica do Chile, 1989, 235 páginas

CERVO, Luiz (org), O Desafio Internacional: A Política Exterior do Brasil de 1930 a nossos dias. Brasília, Ed. UNB, 1994, 359 páginas

FERNANDES, António José, Relações Internacionais: factos, teoria e organizações, Lisboa, Ed. Presença, 1991, 483 páginas

SANTOS, Theotónio, Economia Mundial: Integração Regional e Desenvolvimento Sustentável, Rio de Janeiro, Ed. Vozes/Petropolis, 1994, 144 páginas

OLIVEIRA, Henrique Altemani, As Relações Brasil-África, Brasília, Cadernos de Relações Internacionais n.º 4 UNB, 1994 - 20 páginas

MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque/OLIVEIRA, Henrique Altemani, Política Africana no Brasil, S. Paulo, 1994, CEA/USP, 128 páginas.